



## ARTIGO



## **Cidade Solidária e Não Monogamia:** reavaliando a finitude e os vínculos afetivos

Marcos Sardá-Vieira, *Universidade Federal da Fronteira Sul*

Ivone Maria Mendes Silva, *Universidade Federal de Minas Gerais*

Reginaldo José de Souza, *Universidade Federal da Fronteira Sul*

---

**Resumo:** Neste artigo tratamos da monogamia como normativa de condicionamento moral de desejos e afetos dentro da estrutura de parentescos, casamentos e relações familiares, que agregam valores simbólico e material na maneira como a sociedade contemporânea é constituída. Indicaremos que esses aspectos também se associam aos vínculos materiais e afetivos de apego e ao temor da finitude. Nosso objetivo é refletir os modos como a monogamia, em sua intersecção com raça, classe, gênero e sexualidades, estabelece as bases ideológicas para a constituição da cultura material e urbana na aparência e nos discursos relativos à arquitetura das cidades em sua busca constante pelo privilégio da exclusividade. Nos organizamos metodologicamente através da inspiração etnográfica e pelos métodos de revisão teórica e observação não participante para analisar a promessa de exclusividade e unicidade no espaço urbano de Erechim (RS, Brasil). Ao final, para contrapor a constituição da monogamia na cultura material e urbana em sua busca constante pelo privilégio da exclusividade, argumentamos sobre a possibilidade de vivências mais solidárias e desapegadas na cidade contemporânea com base na maior proeminência de vínculos e afetos não monogâmicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Não monogamia. Finitude. Desapego. Cidade solidária. Erechim.

---

## Introdução

Ao longo deste artigo<sup>1</sup> apresentamos a monogamia como parte do sistema de parentesco que consagra a unidade familiar<sup>2</sup> como central na constituição da sociedade. Com base nisso, faremos breves considerações sobre a constituição material e urbana contemporânea tendo como conceito central a ideia de exclusividade, advinda da monogamia, como valor de apego às coisas, discursos e relacionamentos; ou ainda, como compensação da vida efêmera.

Nossa noção de *apego* diz respeito ao caráter de naturalização e resiliência acrítica perante as regulamentações e disciplinas ideologicamente impostas à sociedade. Entre estes aspectos biopolíticos estão os dispositivos normativos cis-heteropatriarcais, coloniais e racistas, ao restringirem deslocamentos e condições dignas de vida às populações minorizadas e periféricas, substancialmente, através dos hábitos de morar, deslocar, consumir e desejar<sup>3</sup>. Esta perspectiva crítica sobre o apego (nacionalista, territorial, material e moral) advém de reflexões subversivas da Teoria *Queer* e de sua abertura potencial às experiências de desapego (Sardá-Vieira, 2023).

Partimos do entendimento de que a condição de seres mortais é um fator primordial para a vida cotidiana, gerando medos e conflitos, porém, ao mesmo tempo, gerando também o impulso positivo em dar sentido à condição finita de existência<sup>4</sup> (Carneiro, 2020; Moraes, 2015; Ricoeur, 2012). Assim, diante de limitações à liberdade, pelo regramento das relações sociais e pela maior importância atual dos fins para justificar os meios, a busca pelo prolongamento da vida, associada às condições de privilégio, parece estar no âmago do sistema de crenças culturalmente constituído. Nesse sentido, argumentamos que uma das

<sup>1</sup> Este artigo integra às atividades do Grupo Interdisciplinar em Gênero, Raça e Sexualidades (GIGRAS) vinculado à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

<sup>2</sup> Em especial, àquelas unidades familiares tradicionais, hegemonicamente branca, cisgênera, monogâmica, heteronormativa, reprodutiva e útil ao capital.

<sup>3</sup> De acordo com Raquel Rolnik (1989) existe uma tradição histórica de segregação territorial marcada pela marginalização da população negra no Brasil, tendo como base a estigmatização territorial de negros e pardos no Rio de Janeiro e São Paulo, como casos emblemáticos da historiografia urbana brasileira.

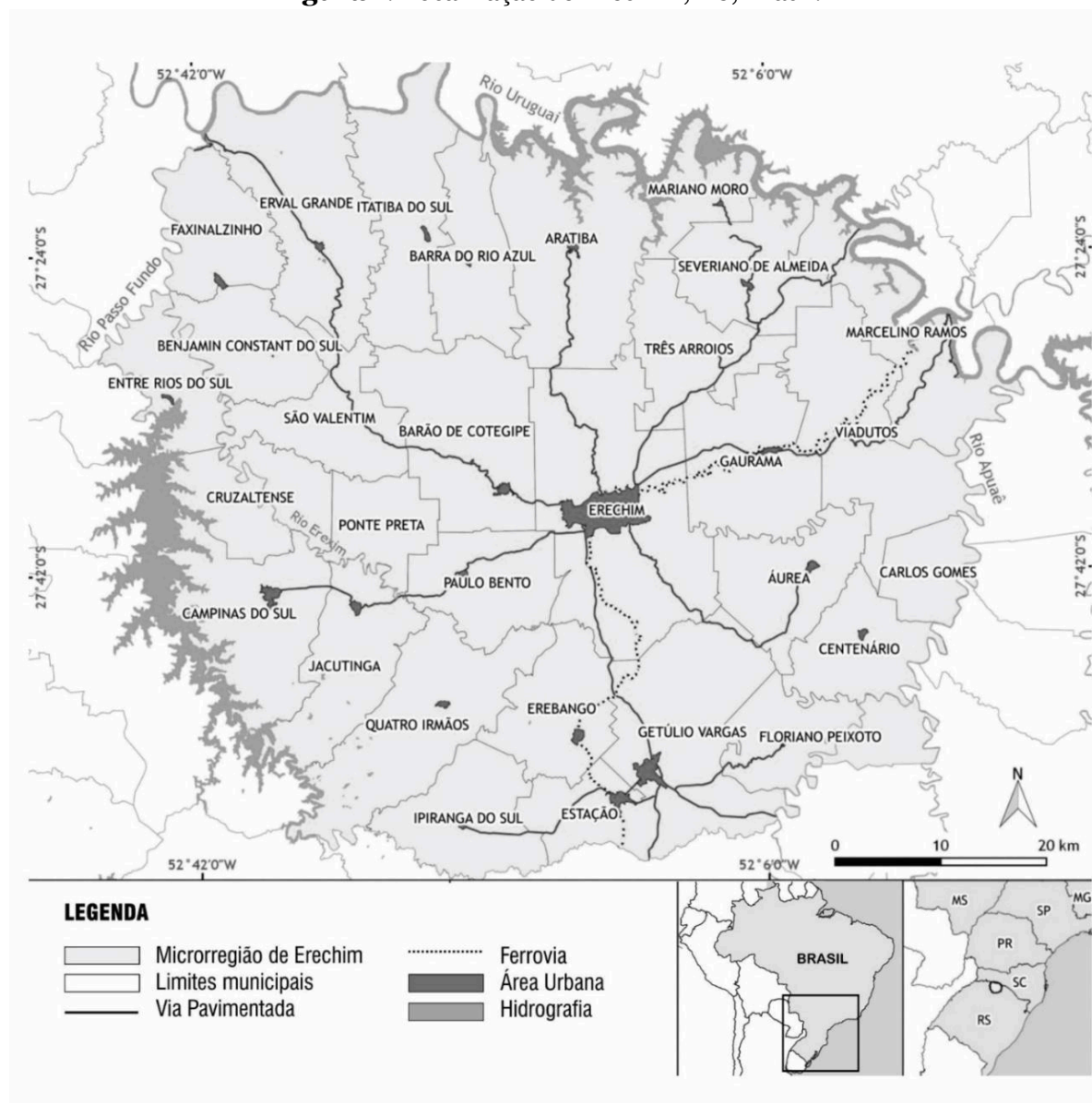
<sup>4</sup> Compartilhamos o conceito de mortalidade como um ato de encarar a morte a partir do interesse cotidiano por uma vida boa, similar à interpretação de Paul Ricoeur em sua obra "Vivo até a morte" (Ricoeur, 2012), amplamente comentada por Carneiro (2020) e Moraes (2015).

formas de garantir tal prolongamento parece ser a qualificação dos meios e das relações nos lugares onde se vive. Isso significa a possibilidade de usufruir de conforto e recursos para promover investimentos materiais e individuais ligados ao bem-estar e à saúde. Contudo, tais recursos não estão disponíveis de maneira equitativa para todas as pessoas. Diante da sobrevivência cotidiana e da superação da imortalidade pela continuidade propositiva perante a vida, a transcendência de si mesmo como ser mortal costuma ser imaginada no que fica como memória e herança a partir do compartilhamento existencial com outras pessoas (Moraes, 2015). O que torna factível, de forma indiscriminada, a possibilidade mais recorrente de prolongar o tempo de vida através da herança genética passada dos pais para os filhos e, assim, ocasionar a normalização das relações familiares com base na produtividade monogâmica. Por sinal, a monogamia é aqui compreendida como um sistema de normas, práticas e ideias a reger este ou aquele relacionamento sexual-afetivo com apenas um/a parceiro/a e também determinando a circulação de bens simbólicos e materiais, ao mesmo tempo em que orienta a distribuição de riquezas, autorizações e verdades perpetuadas historicamente. Portanto, consideramos que esse sistema encontra-se associado à concepção essencialista da herança genética, como alternativa à reprodução compulsória e biopolítica de constituição da família tradicional e monogâmica para, assim, tornar produtivo o meio de transcender à condição de mortalidade, deixando heranças subsequentes pela memória afetiva e pelo bem patrimonial (quando conquistado pelo núcleo familiar).

Para contextualizar essa discussão, analisamos as representações espaciais e discursivas de algumas ambientações urbanas em Erechim, cidade localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, na região sul do Brasil (Figura 1), destacando o caráter restritivo e segmentado no resultado de constituição do espaço citadino como campo de disputas cotidianas. Metodologicamente, somos inspirados pela etnografia ao considerar os fundamentos teóricos da crítica à monogamia como sistema político em suas representações socioculturais na organização do espaço urbano. Partimos da inspiração etnográfica para questionar o contexto cultural e urbano contemporâneo no qual esta investigação qualitativa procura interpretar as relações sociais mediadas pelos valores disciplinares e regulatórios das estruturas familiares de classe social, gênero, raça e sexualidades. Portanto, com auxílio dos métodos de revisão bibliográfica e observação não participante, procuramos compreender a escrita da cidade pelo discurso de seus valores

fundamentais no condicionamento de comportamentos, hábitos e desejos (Rocha, 2021; Orlandi, 2020; Mattos, 2011).

**Figura 1:** Localização de Erechim, RS, Brasil.



Fonte: Mattos, 2020, p. 33. Recuperado de:  
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9428001#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9428001#)

Na sequência do artigo, trataremos do conceito de finitude e do medo da morte como condicionamento irrestrito para uma vida de apegos e resiliências ao campo moral e empírico, que se reflete nos modos de organizar o espaço urbano, estruturalmente pautado por valores coloniais, racistas, machistas e sexistas predominantes. Veremos que tais aspectos atuam de forma interseccional à monogamia, na constituição da matriz de regramentos ideológicos, que orientam desejos e afetos para organizar as práticas sexuais e o casamento segundo as normativas que mais se aproximam da produtividade capitalista. Assim, com base no regramento hierárquico e desigual presente na configuração do espaço urbano brasileiro, especialmente em Erechim/RS e seu contexto regional, discutimos que a monogamia surge como parte dos dispositivos ideológicos de governo da população, distinguindo os segmentos populacionais, regimentando desejos e condutas sexuais apropriadas ou não e perpetuando os valores morais e socioculturais hegemônicos (machista, racista, colonial e homofóbico), que mascaram a opressão da estrutura de dominação política e econômica. Ou seja, diferentemente da ideia de cidade solidária e participativa, na visão coletiva associada por amizades e afinidades interpessoais, argumentamos que essa referência de cidade contemporânea se encontra atrelada à normativa hegemônica de apegos e isolamentos consentidos sob o reforço da monogamia como ideologia restritiva, introjetada ao cotidiano.

### **Medo da finitude como bloqueio para uma vida de desapegos?**

A finitude é algo que pode perturbar as pessoas. Becker (2021) apresentou importantes elementos teóricos que auxiliam no debate sobre o medo da morte e seus impactos na psique. Um aspecto a ser considerado, para os fins deste trabalho, é o sentimento heroico. O ser humano contemporâneo, incapaz de aceitar sua finitude, criaria para si um conjunto de representações a fim de suplantar a imagem da corrupção de seu corpo e de sua consciência. Então, o sentimento heroico seria aquele no qual o ser humano, amedrontado por sua falibilidade natural, investiria energia psíquica na formação da autoimagem como ser potente e capaz de viver para sempre.

Em Kierkegaard (2004) fica evidente que o desespero humano é o traço que caracteriza a diferença deste ser em relação à natureza. Para o

autor, a vida humana se considera infinita e sente o desejo de infinitude. No entanto, a previsão da própria morte faz com que cada instante da existência seja inspirado por desespero. Assim, muito do ser humano heroico, problematizado por Becker (2021), tem sua origem na atitude contrária ao desespero, gerado pela chegada da doença, do envelhecimento e da morte.

Holbach menciona:

O homem que existe não pode fazer ideia da não existência; como esse estado o inquieta, sua imaginação põe-se a trabalhar na falta da experiência, para pintar-lhe bem ou mal esse estado incerto. [...] Ele se vê em um abandono generalizado, destituído de todo socorro e sentindo o rigor dessa horrorosa situação” (Holbach, 2010, p. 310).

Sigmund Freud (1996) defendia que a natureza, apesar dos avanços da civilização, reina majestosa e implacável sobre os destinos de todas as pessoas. Algo que teria a capacidade de acentuar o sentimento do desamparo e elevar a predisposição ao apego a certas ilusões, como é o caso dos dogmas religiosos e da proposta de uma divindade protetora para acalmar o medo do desconhecido, da dimensão incerta da vida.

Coulanges (2006) tratou dos rituais indo-europeus do passado, quando clãs familiares mantinham chamas acesas dentro de suas moradias visando cultivar o fogo como representação da continuidade. Ao mesmo tempo, aquele fogo também dizia respeito à privacidade familiar, uma espécie de marco fronteiro entre uma família e outra. Cada qual tinha o seu fogo e a responsabilidade de mantê-lo vivo. O apagamento da chama significaria o fim da família e a destituição da casa, dos animais e dos cultivos em nome de outra.

Tuan (2005) apresentou vários exemplos históricos de diversos povos pelo mundo. O autor, ao abordar a importância dos rituais fúnebres, lembra que, desde os Neandertais (há 400 mil anos), a prática do enterro dos mortos simboliza a crença em vida após a morte. Antigos egípcios (há 6 mil e 500 anos) praticavam oferendas aos deuses, a fim de que o Sol não desaparecesse, o que implicaria diretamente no regime sazonal do Nilo, com impactos diretos na sobrevivência. Babilônicos (há 3 mil e 800 anos) também praticavam rituais para que o céu não desabasse sobre a Terra, pois temiam a catástrofe, o fim do mundo.

A relação desses exemplos com a prática da monogamia pode ser discutida a partir do sentimento heroico e das alegorias transferidas às atuais instituições sociais, como família e propriedade privada. Defendemos, portanto, a hipótese de que a lógica da reprodução familiar pode ser um desdobramento da insuportabilidade da finitude para a consciência<sup>5</sup> (Meireles, 2018). Além do mais, também é interessante considerar o movimento histórico da organização social em aldeias, vilas e cidades, ou seja, a concentração socioespacial da vida como forma de defesa da morte ou, ao menos, do seu adiamento.

Nesse sentido, pensarmos em monogamia é considerarmos a predisposição para o apego em relações mantidas entre as pessoas. Apego este que eleva a condição de exclusividade e impõe restrições como aspecto de resiliência positiva diante da diversidade de opções a serem alcançadas no intervalo de uma vida fugaz. Similar à dificuldade de consumidores em fazer escolhas diante do maior número de oferta de produtos ou da comodidade em insistir nos vínculos com grupos familiares, apesar dos desafetos, que demonstram o quanto a monogamia, como política hegemônica de afetos e desejos, vem se tornando o estilo de vida inquestionável e conveniente para a maioria das pessoas, em boa parte, pela falta de referências (ou mesmo disposição pessoal e financeira) para constituir novas alianças interpessoais.

Com efeito, a noção do apego como fator de constituição emocional é compreendida como aspecto compensatório diante da instabilidade cotidiana atribuída pela morte iminente. Assim, na validação da existência particular, várias mobilizações são manifestadas para o adiamento da finitude, principalmente, no dever voltado à produtividade (Sardá-Vieira, 2023). Por isso, o valor atribuído ao trabalho como sentido de criação e interação na sociedade torna-se valor inquestionável para dar sentido prático e efetivo à vida da maior parte das pessoas. Sentido este que encontra respaldo nas estruturas de constituição e manutenção da sociedade, em especial, marcada pelo biopoder na condução, regulamentação e disciplinamento perpetrados pelos sistemas jurídico e governamental da sociedade contemporânea (Foucault, 2014).

Nesses sistemas, ao mesmo tempo em que são priorizadas as criações de discursos e objetos de valor, voltados ao mercado

---

<sup>5</sup> Interpretamos aqui que a insuportabilidade da finitude diz respeito a sua carga de antecipação à morte, a exemplo da interpretação tradicional religiosa em associar a fraqueza do corpo ao seu caráter finito e transitório.

consumidor, também são conduzidos os valores simbólicos e afetivos para a constituição identitária das pessoas, nos moldes predefinidos da sociedade de consumo e de seus ciclos produtivos. Logo, diante desta superestrutura de constituição da sociedade, a relação de apego das pessoas com seu ambiente de interações, significados e materialidades é fundamental. Inclusive, para a própria constituição do sujeito como ser social. Dessa forma, são mantidos os hábitos voltados ao mercado de consumo, regrados por valores morais aceitáveis e pelas normativas disciplinares necessárias para garantir as mesmas redes de dominação, controle e hierarquização da sociedade (Debord, 2003).

Na medida em que a relação de apego de cada pessoa, diante de seus marcadores sociais de gênero, classe e raça, não é pautada pela mesma condição sociocultural e material, é possível compreendermos que a manifestação do desapego, seja na apropriação de coisas, discursos e afetos, torna-se um parâmetro básico para distinguirmos o alcance da liberdade, autonomia e participação política de cada pessoa diante de sua condição de maior privilégio ou não. Ou seja, em uma sociedade marcada pelo alto valor dado às normativas cis-heteropatriarcais, brancas e monogâmicas, a condição de pessoas incapazes de alcançar estes balizamentos costuma ser a de maior apego ao campo de conquistas materiais/simbólicas e reproduções de estilos de vida hegemônicos para garantir o mínimo de dignidade e pertencimento em sua formação identitária para atender a matriz sociocultural e política já consolidada. É o caso de imaginarmos a associação inevitável entre casamento, obtenção de casa própria, constituição de núcleos familiares convencionais e de empatias intersubjetivas como fatores de apego para a maior parte das pessoas desprivilegiadas por serem mulheres, negros/mestiços e dissidentes sexuais (Figura 2). Ou mesmo, pela impossibilidade de obter recursos financeiros suficientes para superar a monogamia e usufruir da liberdade de múltiplos relacionamentos e experiências de vida (Sardá-Vieira; Flores, 2023; Velasco, 2018).

Portanto, ao atribuirmos o sentido do apego como regra de condicionamentos de desejos, afetos e identidades, também compreendemos o quanto esta complexa condição perpassa os sistemas de mobilidade das pessoas na ocupação de possíveis territórios, em suas relações de permanência nos lugares e na superação de suas fronteiras socioculturais. Em outras palavras, a condição quase inevitável de apego

como percepção de produtividade na trajetória de vida individual gera, simultaneamente, a incapacidade em descobrir a diversidade de acontecimentos e lugares a serem desbravados fora de seus territórios de origem.

**Figura 2:** Relacionamentos, (não)monogamia e (des)apegos. [A] Vínculo monogâmico e o desejo da casa própria; [B] Alternativa não monogâmica e novos hábitos na moradia compartilhada.



Fonte: [A] Recuperado de:

[https://cdn.diariodolitoral.com.br/img/pc/920/610/dn\\_arquivo/2022/02/casa-propria-940x682.jpg](https://cdn.diariodolitoral.com.br/img/pc/920/610/dn_arquivo/2022/02/casa-propria-940x682.jpg); [B] Ikea Disobedients, Andrés Jaque/MoMA, 2012. Recuperado de: <https://www.domusweb.it/en/architecture/2012/10/03/ikea-disobedients-at-moma-ps1.html> Acesso em: 27 jun. 2025.

Sob tal aspecto, essa possibilidade de ter uma vida mais dinâmica, no movimento aleatório em descobrir novas pessoas, espaços e culturas, costuma gerar mais insegurança do que curiosidade na medida em que o mundo acaba se constituindo por relações fundamentais pautadas pelo apego e o medo recorrente da finitude e da velhice. Relações essas representadas por valores morais, hábitos cotidianos, estilos de vida e arquitetura de cidades engessadas por tradições retrógradas, que perpetuam as noções de felicidade em associação direta com as convenções socioculturais (Sardá-Vieira, 2023). Entretanto, o fluxo mutável de acontecimentos tende a gerar fissuras na manutenção dessas tradições, sobretudo, quando estas não atendem ao caráter plural de desejos e particularidades intersubjetivas.

## Monogamia no condicionamento de afetos e sexualidades

A polaridade do campo político brasileiro da atualidade torna visível os recorrentes desentendimentos ideológicos no âmbito da vida privada e das relações familiares, os quais colocam em xeque a obrigatoriedade dos afetos mantidos pela consanguinidade familiar, enquanto vínculo de aproximação e entendimento entre as pessoas.

Apesar da legitimidade dos vínculos familiares e da filiação, a subsequente perpetuação de tradições e valores entre diferentes gerações nem sempre atende a todas as vontades e desejos. Com isso, o parentesco define-se mais como um sistema hegemônico diante da restrição de outros tipos de relações do que, realmente, como uma opção essencial de condicionamento da sociedade. Por isso, enquanto sistema hegemônico e naturalizado, este vínculo define quase a totalidade da cadeia simbólica e material para a formação e interação entre as pessoas, muitas vezes de forma arbitrária. Por isso, na medida em que se torna a regra do bom condicionamento sociocultural, também se estabelece como normativa dos modos de produção e governamentalidade da população (Foucault, 2005)

De acordo com Michel Foucault (2014), em sua genealogia para desvendar o campo da regulamentação e disciplina moral na modernidade, a sexualidade se destaca como dispositivo de governo da população para atender aos seus modos de produção e consumo, imbricados na maneira como as pessoas conduzem suas vidas, suas necessidades, desejos e resiliências, tornando factíveis e justificáveis os meios de exploração do trabalho como propósito de vida preponderante, apesar da finitude como condição humana de existência. Sendo assim, para regimentar os modos de vida e disciplinar os desejos, o parentesco surge como princípio de orientação das possibilidades sexuais e afetivas formalizadas pelo casamento, pela heterossexualidade e pelo vínculo consanguíneo, criando uma cadeia de valores que se perpetua na formação/reprodução de novos casais (cis-heterossexuais) a partir de casamentos progressos. O que garante a manutenção de toda a cadeia produtiva pela substituição recorrente de novas forças de trabalho e, ao mesmo tempo, para sublimar a angústia provocada pela condição de seres mortais através da perpetuação da herança genética pela reprodução humana (Moschkovich, 2022). Contudo, dentro deste princípio, a normativa da monogamia tende a ser a orientação básica internalizada para possibilitar a sexualidade reprodutiva, principalmente

entre grupos sociais mais carentes, e bloquear qualquer outro impulso que fuja desta condição. Em especial, àqueles grupos empobrecidos, desterritorializados da cidade formal e racializados pela distinção com a burguesia branca (Rolnik, 1989).

Desse modo, a monogamia também é vista aqui como regramento das formas de orientar o desejo e o afeto entre as pessoas, estando vinculada ao sistema central e formal do parentesco no reconhecimento de determinados grupos e, por consequência, na exclusão de outros. Ou seja, atribuindo uma classificação hierárquica nas relações sociais e, até mesmo, no âmbito das relações familiares, afetivas e sexuais. Nesse sentido, a monogamia define-se como sistema particular de relações conjugais, sexuais e reprodutivas na associação de exclusividade entre duas pessoas. Enquanto parte da estrutura de vínculos afetivos e sexuais, portanto, a monogamia também é um sistema hegemônico pautado pela conformação da família cis-heteropatriarcal, na delimitação da propriedade privada e como política de Estado (Moschkovich, 2022; Amorim; Reis, 2020).

Retomando Foucault (2014), essa normativa surge tanto no sentido de conter o impulso dos desejos sexuais para não se perder de vista o trabalho quanto para organizar a sexualidade e o casamento para um tipo específico de compartilhamento e circulação de bens simbólicos e materiais através do parentesco. Assim, ao mesmo tempo em que o parentesco organiza e torna possível as sexualidades e o casamento, também engendra impossibilidades de estruturar novos sistemas, vínculos e hábitos socioculturais de afetos e desejos. Ademais, segundo Marília Moschkovich (2022, p. 18) "a monogamia é uma norma que orienta as nossas práticas em relação à sexualidade, em relação a nossas vidas sexuais e ao afeto ligado à ideia de sexualidade".

Por outro lado, a monogamia também é compreendida como uma experiência recente ao longo do tempo. Nem todas as sociedades viveram sob essa normativa de organização simbólica e material. Na análise dos costumes mais antigos, é suposto que os vínculos sexuais entre homens e mulheres, principalmente, pautados por uma visão binária de gênero, eram feitos de forma indiscriminada entre grupos e comunidades, o que remeteria à criação das crianças como responsabilidade de todos e todas. Nas culturas greco-romanas, por exemplo, as relações afetivas e sexuais também eram mais amplas entre os cidadãos livres, ainda que garantissem maior privilégio aos homens do que às mulheres, principalmente, quando no papel de esposas. Com a Idade Média, a

Igreja Católica instituiu o valor moral da sociedade através do casamento, como meio de autorizar a relação sexual, obviamente pautada pela heterossexualidade. Ao longo do século XIX, a vinculação consagrada do matrimônio também se soma ao romantismo atribuído na idealização do vínculo entre os casais, naturalizando, assim, a ideia da fidelidade pelo amor eterno (Lins, 2022). Quando pautada por valores morais religiosos e pela colonialidade intrínseca de restrição da autonomia sexual e afetiva do colonizado, a monogamia também é definida como uma forma determinada de lidar com o tempo emocional, isto é, no caso de relações entre apenas duas pessoas, valorizando a indissolubilidade do vínculo (Núñez *et al.*, 2021).

Este mesmo campo moral também estigmatiza os modos de vida e a configuração espacial da habitação coletiva de comunidades negras e das camadas mais pobres da população brasileira, caracterizadas pela maior intensidade de trocas e densidade de contatos, ao marginalizar a concepção atual de habitação de baixa renda ou dos modos de viver na favela em comparação à organização da moradia burguesa, familiar, isolada e preservando a segregação íntima de seus habitantes (Rolnik, 1989). O que reforça os valores normativos (fundamentalmente racistas e aporofóbicos) associados à família tradicional cristã, branca, de classe média, heterocispatriarcal e monogâmica pelo contraste com essa realidade precária de populações marginalizadas.

Falar de monogamia como ideologia, portanto, é tratar de uma determinada estrutura de parentesco, no caso, daquele que delimita as condições do intercuro sexual legítimo, ao mesmo tempo em que marginaliza outros relacionamentos e sexualidades. Na sociedade ocidental, que costuma colonizar nossos valores intersubjetivos, a monogamia é uma norma estabilizada por categorias jurídicas. Sendo uma norma, a monogamia também orienta nossas práticas e nossas identidades sexuais, assim como os afetos ligados a essa ideia de sexualidade. Essa normatização estabelece uma condição hierárquica menos nobre sobre relações não familiares na medida em que garante a possibilidade do sexo ou um tipo particular de erotismo. Quer dizer, ou a relação sexual é operada com base na normativa monogâmica para se tornar viável ou é transformada em tabu. Como no caso de relações incestuosas, em relações intergeracionais ou, ainda, em relações de amizade (Easton; Hardy, 2016).

Com isso, o critério de pensar na sexualização de um relacionamento é viabilizado nesse sistema de definições familiares e hierárquicas, que agrega maior importância de relações monogâmicas e cis-heterossexuais, por exemplo, em comparação a outras combinações de gênero, raça e sexualidades não hegemônicas.

Diante do policiamento da produtividade econômica, a condição central da viabilidade familiar na organização da sexualidade monogâmica (e com possibilidades de reprodução) também garante o desligamento das pessoas de seus núcleos familiares de origem para criar novos núcleos familiares com base em sujeitos homogêneos. Isto é, a noção convencional de família predispõe essa existência e continuidade a partir da relação baseada no sexo e na heterossexualidade orientada para a constituição do casal monogâmico. Nesse sentido, o amor como obrigação entre familiares (mãe, pai, irmãos e irmãs) é parte dessa constituição da família como idealização de uma unidade, a partir da qual o laço consanguíneo é muito mais importante do que outras afinidades pessoais, outros desejos e outros interesses singulares. Como, por exemplo, na relação e nos sentimentos entre amigos e amigas, que se tornam secundários em suas articulações de viabilidade e hierarquia diante do vínculo compulsório dos afetos associados ao parentesco consanguíneo, mesmo quando são contraditórios com a violência doméstica, estupro e infanticídios perpetrados por entes familiares (Moschkovich, 2022).

Neste caso, segundo Marília Moschkovich (2022), o amor obrigatório se sobrepõe a qualquer outro afeto fora da relação familiar e, assim, aliena a construção afetiva na relação com outras pessoas fora dos vínculos familiares consanguíneos por onde cada pessoa transita. Logo, o amor obrigatório entre familiares opera como categoria central na narrativa de manutenção do laço de parentesco. Por sinal, o laço familiar sendo interpretado como instrumento de restrição não consentida de movimento, ocasionando certos impedimentos para a autonomia do corpo e da formação subjetiva.

Dessa maneira, em relações familiares que carregam algum aspecto de desumanização (a mãe como santa e o pai como super-herói, por exemplo) devido à obrigatoriedade afetiva entre os parentes, a falta de autonomia e a imutabilidade de experiências e expectativas na construção social deixa de ser uma possibilidade ideal. Isso ocasiona dois desdobramentos centrais:

O papel desses mecanismos na manutenção do trabalho reprodutivo, por um lado, e, por outro, seu impacto na estruturação simbólica que organiza a vida social como um todo e produz efetivamente a dimensão da vida social que Marx chamou de 'ideologia', de forma a perpetuar, também entre os afetos, disposições próprias da nossa organização econômica e produtiva em classes sociais. Uma relação que se baseia em obrigação, ainda que afetivamente e eventualmente solidária, não se norteará jamais, por princípio, pela solidariedade como eixo (Moschkovich, 2022, p. 21).

Diante disso, amor e família estão vinculados na formação desta ideologia essencializada pelo suposto laço verdadeiro e especial. Mas, para que tenha efeito no acúmulo do direito ao patrimônio ou no compartilhamento da propriedade privada, a formação institucional da família só faz sentido na medida em que regula e autoriza (ou desautoriza) o tesão, assim como suas práticas sexuais reprodutivas para gerar novas unidades familiares e novos grupos de manutenção do sistema de produtividades. Ou seja, dois irmãos ou dois amigos, ao manterem vínculos afetivos, até podem usufruir da posse mútua da mesma propriedade privada, do patrimônio comum, de cuidados entre si, da adoção de filhos, porém, não farão parte do sistema familiar de parentesco tendo o sexo interdito e, com isso, a impossibilidade de reprodução. Por sinal, interdição essa indesejável à produtividade capitalista, na medida em que a filiação garante que as classes trabalhadoras sigam existindo por mais gerações, inclusive, superando a finitude de seus corpos pelo vínculo hereditário.

Portanto, falarmos na superação desse sistema particular de relacionamentos, associada à família, ao amor e ao casal, nomeado como monogamia, é questionarmos os afetos e vínculos particulares a partir dos quais somos implicados ao longo de nossas vidas, na continuidade compulsória e quase irrestrita pela constituição romântica, cis-heterossexual e binária entre pares. Na sequência, veremos que essas interdições se encontram materializadas pela convenção cultural representada na arquitetura das cidades, enquanto valores normativos ligados à monogamia.

## **Mononormatividade na configuração urbana de Erechim**

Iniciamos nossa análise em Erechim pelo Cemitério Municipal Pio XII, localizado no bairro Boa Vista, onde memórias e vínculos familiares são reunidos em uma espécie de apropriação hierárquica como síntese da própria cidade na organização desse espaço de culto às pessoas mortas. O cemitério, nesse sentido, define-se como o confinamento espacial de um dos maiores terrores da sociedade: a morte. Nesse lugar concentram-se lembranças de passados longínquos e recentes identificados pelas pessoas, que fizeram parte de lugares e núcleos de parentescos, imprimindo suas vivências e trocas na relação social e que, agora, marcam processos de transformação e substituição de suas verdades em sua condição de finitude, uma a uma, fechando seus ciclos de participação. Pessoas comuns ou heróis/heroínas consagrados/as em suas atividades específicas, que se tornam admiráveis pela coragem de chegar neste encontro com a morte inevitável, tão temida ou ignorada por toda uma cidade, em seus hábitos e contingenciamentos, ao viverem temporariamente para além dos muros do cemitério (Becker, 2021; Catroga, 2010).

Em geral, o cemitério pode ser considerado uma forma urbana complexa. Ele se tornou um desafio concreto e teórico para a cidade. Primeiramente, do ponto de vista teórico, isto é mencionado porque a cidade é uma forma espacial que resultou da necessidade de fazer frente ao desamparo humano. O ideal da polis pressupõe facilidades de convivência, trocas de produtos e proteção contra invasores no espaço doméstico. O modo como as cidades se transformaram, após a industrialização, fez com que, atualmente, elas sejam verdadeiros símbolos da permanência do humano no planeta, algo como um triunfo diante da natureza. As estruturas de aço e concreto, a iluminação artificial, a distribuição retificada das águas e a destinação dos detritos, enfim, são elementos que pretendem transmitir a mensagem de que o ser humano venceu a natureza. Contudo, a cidade contemporânea continua tendo que lidar com a morte e seus cemitérios ainda estão dentro delas. Assim, o desafio teórico da dialética cidade-cemitério parece ser este: a finitude continua, mesmo em um espaço que pretende negá-la.

Com as dinâmicas do sistema econômico, que se alimenta do lucro e da concentração de riquezas, a negação da morte na cidade aliou-se com a supremacia do valor de troca em detrimento do valor de uso dos espaços urbanos. A concentração de áreas de produção, equipadas com imensos estabelecimentos industriais, comércio e habitações oferece cada vez menos lugar à morte no tecido urbano. Souza (2022)

problematizou tal contradição indicando um possível distanciamento dos cemitérios, em relação às áreas centrais das cidades, em função da seguinte motivação: o medo da finitude faz com que os moradores das cidades prefiram os cemitérios mais afastados, em cinturões periféricos. Por outro lado, a lógica do mercado imobiliário também acaba se integrando na necrópole, incorporando a precificação dos terrenos de acordo com a hierarquia econômica da cidade dos vivos.

Nesse sentido, o cemitério em Erechim traz consigo a marcação desse espaço tão temido pelos vivos e, ao mesmo tempo, reproduz seus valores na forma como é administrado por estes. Primeiramente, na organização geométrica e criteriosa de divisão de seu espaço funcional e otimizado a ser comercializado para o depósito dos restos mortais de entes queridos. Nessa ordem relativa à própria cidade dos vivos, o valor do espaço está associado à facilidade de acesso, ao dimensionamento e à representação formal dos objetos monumentais das lápides ao significarem quantidade e qualidade de recursos materiais a serem investidos, se estão localizados mais ao centro ou nas bordas, assim como os vínculos de parentesco, segmentação social, hierarquias de gênero e diferenciação entre personalidades heroicas e outras anônimas. Assim, por mais que o cemitério mantenha sua relação metafísica com tudo aquilo que não pode ser encarado de frente, é um espaço que reproduz valores e desejos de como a sociedade se constitui em suas relações de parentesco, casamento, hereditariedade e vínculos consanguíneos, enquanto caráter mais significativo.

Se estes valores são mantidos quando se trata do culto aos mortos, no cotidiano das pessoas vivas os espaços produtivos costumam ser ainda mais consagrados. Ao passar pelo bairro Industrial desta média cidade nos deparamos com o caráter monumental dado ao nome de família na identificação de empresas diversas, ao territorializarem seus empreendimentos em processos produtivos e econômicos. Empresas que são nomeadas em nítidos logotipos com os sobrenomes de quem detém condições de privilégios em seus percursos de vida e, desse modo, garantem a mais valia na vida de seus filhos e parentes. O que define processos cíclicos na garantia de poder em sistemas familiares reprodutivos e hereditários extremamente úteis para impulsionar a hegemonia política neoliberal. Entretanto, nesse sistema tão bem territorializado por estas empresas, os regimes de valorização dos nomes

e suas linhas genealógicas também predispõem à condição de privilégios e exclusividades muito restritas, diante de todo um contingente de pessoas que participam na manutenção desses sistemas de trabalho e sociabilidade, entre diferentes segmentos produtivos instalados no bairro, mas que não usufruem de sua validação como parte deste grupo restrito de poucos privilegiados e felizardos.

Vale dizer que o bairro Industrial está localizado na porção sudeste da área urbana de Erechim e conta com grandes empresas de propriedade ou de gerência das famílias mais abastadas, conforme já dito. A qualidade da infraestrutura é visível por meio das grandes avenidas para circulação dos produtos e excelente cobertura asfáltica, conectadas com a rodovia BR-153, que liga a cidade a Passo Fundo, cidade média localizada a 70 quilômetros de Erechim, a qual conta com aeroporto e voos diários a São Paulo; à capital Porto Alegre e a outras cidades da região sudeste do país. O detalhe da característica da cobertura asfáltica das avenidas deste bairro é condição muito diferente daquela dos bairros residenciais próximos, onde mora um grande contingente de pessoas em condições de vulnerabilidade, em outros setores mais ao sul da área urbana.

Entre os bairros Aeroporto e Progresso, por exemplo, visualizamos algumas residências de baixa renda localizadas em áreas de encosta, sob risco recorrente, pela falta de infraestrutura urbana, como água e esgoto, sujeitas a desabamentos e poucos recursos de apropriação efetiva do espaço funcional devido à topografia acidentada. Nessas localidades, as casas surgem de forma espontânea de acordo com a necessidade de cada núcleo familiar em se instalar nessas áreas periféricas da malha urbana oficial. Apesar de unidades, conformam-se sem uma regulamentação nítida pautada por afastamentos e demarcações de lotes.

Ulrich Beck (1998) propôs que a sociedade contemporânea é uma sociedade de riscos variados, sejam eles de causas naturais ou tecnológicas. E afirma que esta sociedade é democrática, pois os riscos são distribuídos para todas as pessoas. No entanto, Beck (1998) não deixa de mencionar que sobre a democracia dos riscos há a hierarquia econômica. Assim, ao observarmos as paisagens em bairros como estes, notamos os efeitos da hierarquia econômica sobre a distribuição espacial das moradias daqueles que possuem menos recursos financeiros para se protegerem dos riscos socioambientais. Além da localização inapropriada das moradias, também consideramos o padrão construtivo. Erechim, a 783 metros acima do nível do mar, no Planalto Meridional,

está no corredor de frentes polares que atingem o país durante o inverno. As médias climatológicas não apontam isso, mas é comum que nos meses de junho a agosto, as mínimas diárias alcancem de quatro a seis graus negativos. Para pessoas que vivem em casas sem a menor infraestrutura e conforto térmico, tais eventos naturais funcionam como impulsionadores de suas finitudes.

Ainda assim, essas unidades familiares menos privilegiadas reproduzem as configurações políticas da monogamia na adequação da habitação unifamiliar, mesmo quando se definem pela proximidade de comunidades carentes de recursos e desamparadas pelo sistema de exploração de seus trabalhos sem o devido atendimento de suas atividades e direitos. Casas que, além de refletirem precariedades socioeconômicas, também revelam possibilidades de desconstrução do sistema monogâmico e da estrutura familiar convencional, reunindo pessoas por meio de outros vínculos e necessidades. Ou mesmo, pela exclusão dos recursos urbanos e territoriais que desfavorecem suas vidas, no contraste com outras áreas e experiências privilegiadas. No entanto, como forma de sobrevivência e dignidade, tais pessoas costumam reproduzir o sistema hegemônico de valores, condutas e forclusões.

Na relação com as questões étnico-raciais envolvidas nessas desigualdades, Maria Aparecida Silva Bento (2002) aponta a existência, no Brasil, de um discurso ideológico racista do quanto mais branco melhor, que transformou o incentivo à imigração de europeus, nas primeiras décadas do século XX, numa política governamental higienista que visava combater o perigo da miscigenação entre raças. Em complemento, Maria Bernardete Ramos Flores (2007) afirma que tais políticas em prol da branquitude na região sul surgiram como fator de constituição identitária e regional. Neste contexto, Erechim e cidades próximas no norte do Rio Grande do Sul, de maneira particular, receberam parte destes fluxos migratórios de italianos, eslavos e alemães nesse período. A essa população branca que chegou foram destinados territórios - entre eles as terras devolutas que vinham sendo ocupadas por escravos libertos e indígenas - que favorecem seu progresso material, inserção laboral, além da afirmação identitária e cultural em detrimento de comunidades negras e indígenas já presentes.

Nesse processo, o racismo estrutural e estruturante lançou as bases para a constituição da sociedade racializada e injusta hoje conhecida, cujos contornos se apresentam bem nítidos, na cidade de Erechim, principalmente, em relação à forma como o espaço é configurado e apropriado. Reflexo de desumanização e violência impingidas às populações não brancas, por um lado, e do enaltecimento da população branca, por outro. Essa é a realidade que faz com que não haja espaço (real e simbólico) para as/os indígenas e negros/as viverem e morrerem dignamente na cidade, ficando esta população sujeita a condições precárias de moradia, trabalho, escolarização, acessibilidade, mobilidade e saúde. Esse cenário leva tais grupos e indivíduos estigmatizados, no mais das vezes, a negarem suas origens étnico-raciais-culturais e a si mesmos - seus sonhos, potencialidades e necessidades (González, 1983).

Condições materiais e espaciais, que refletem esse desamparo, encontramos na Rua Lourenço Schwab, margeando o Rio Apuaé Mirim, no bairro Cristo Rei. Nesta localidade, a malha urbana apresenta-se mais consolidada do que na localidade anterior, com aclives e declives menos acentuados na topografia. Ainda assim, as tipologias de ocupação das ruas, na relação com as áreas livres e com as margens do rio demonstram, novamente, a tendência pela reprodução das convenções de ocupação da cidade, no sentido de manter o padrão configuracional das casas unifamiliares (predominantemente representada pela classe média, branca, monogâmica e heterocispatriarcal) e recusar a diversidade estrutural nos modos de vida em comunidade, muitas vezes, mantidas por alianças femininas, não-brancas e matriarcais, advindas de matrizes africanas e indígenas.

Neste bairro de ruas estreitas e residências muito modestas, ocorreu a ocupação das margens do córrego sem se considerar as dimensões do que deveria ser a área de preservação ambiental e, também, de segurança aos moradores. Ali, é possível verificarmos uma sequência de moradias cujos frágeis fundamentos podem ser atingidos em situações de cheia do Apuaé Mirim. Para completar a situação de riscos, os moradores, sem um olhar mais amplo para a educação ambiental e que faça sentido em suas vidas, atiram lixo e entulhos às margens e no leito do córrego.

Ao mesmo tempo, com ocupações refletindo desequilíbrios dimensionais na relação mantida com o rio e com a paisagem, demonstram que os interesses pela demarcação do território individual, pautado pela delimitação e exclusividade de cada unidade familiar, é

mais importante do que a configuração de espaços de compartilhamento mais harmônicos com os fatores ambientais e a constituição de redes sociais de apoio.

Não muito distante do Rio Apuaé Mirim encontramos o Residencial Altos da Coxilha I, também no bairro Cristo Rei. Trata-se de um condomínio de casas geminadas e unifamiliares, cercado de muros altos em todo o seu perímetro. Dentro do condomínio observamos aparências e investimentos materiais similares à composição tipológica das residências externas ao condomínio. Entretanto, a delimitação do condomínio, com sua tipologia padronizada e específica intramuros, contribui para expressar o desejo subliminar por exclusividade na identificação deste microespaço delimitado em relação às demais casas avulsas espalhadas na malha periurbana. Como se o condomínio demarcasse uma ordem espacial fora do alinhamento formal da periferia urbana, destacando uma conformação autônoma de grupos privilegiados naquela parte da cidade, genericamente, carente de recursos e reconhecimentos socioculturais diante da distância relativa com a área central de maior referência para a cidade.

Tal situação expressa a lógica desigual da incorporação imobiliária, capaz de se beneficiar até mesmo da recriação das desigualdades no interior de bairros já considerados economicamente vulneráveis na cidade. Naquele condomínio fechado de periferia, há um nítido exemplo da manifestação espacial da fantasia da exclusividade. Ademais, também seria um exemplo da esteira de produção em massa (as casas são iguais) e da cultura de massa (todos têm ou fazem coisas iguais), mas, com o suposto fator diferencial que são os muros ao redor do condomínio, ironicamente, em uma sociedade plena de muros e barreiras ao convívio comum.

Diante dessas localidades, observamos que a busca pela exclusividade, como reflexo dos valores instituídos pela monogamia, ganha projeção com a aumento do poder aquisitivo refletido em áreas urbanas mais consolidadas, com maior isolamento das edificações nos lotes e no predomínio do uso de veículos automotores particulares entre os moradores, em detrimento do número de pedestres nas ruas. Exemplo emblemático encontramos no bairro Esperança, na porção norte de Erechim.

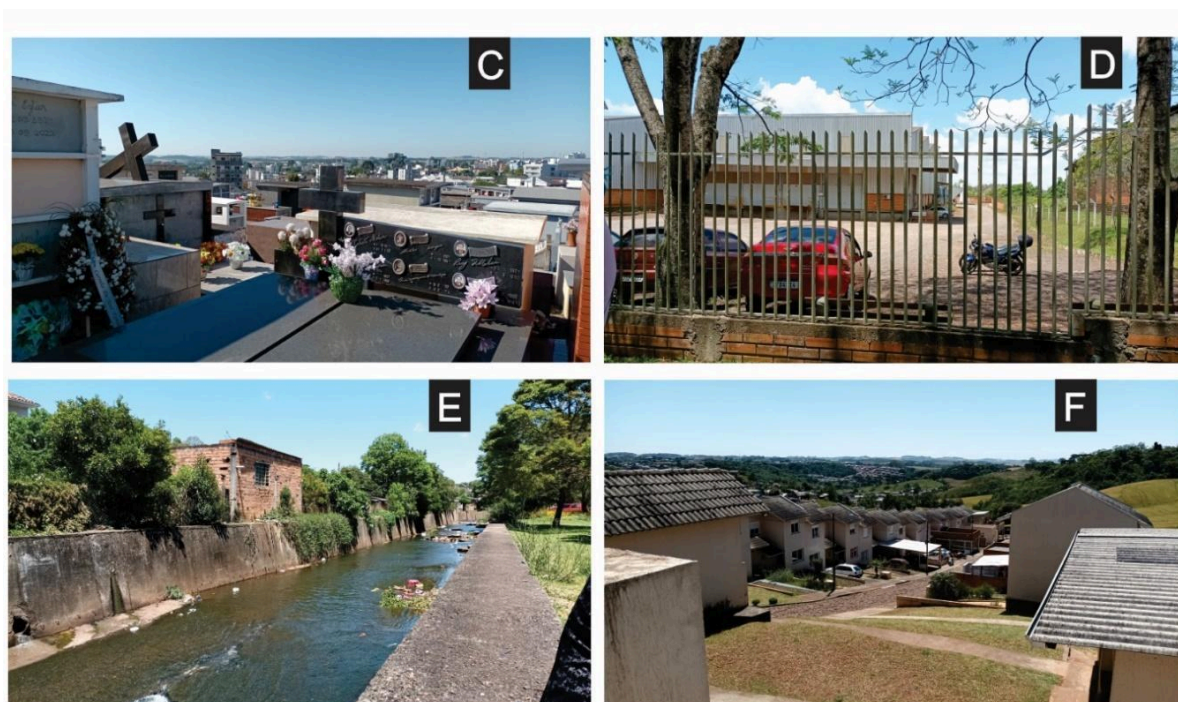
Neste bairro, é possível identificarmos outro exemplo de que a sociedade dos riscos não é igual para todos, em função da hierarquia econômica. As residências de alto padrão, muitas vezes, acompanhando o desenho das encostas, não são um fator de perigo para quem nelas habita. Ironicamente, o bairro se chama Esperança, mas, o ideal de progresso está muito bem colocado para aquela parcela da população erechinense. Muito diferente das famílias que vivem no bairro Progresso, propriamente dito: a estas faltaria mais esperança? Ali, não há problemas quanto a intensos eventos de precipitação ou com quedas bruscas de temperatura. Muito menos quanto ao serviço de transporte público, tendo em vista que todas as residências contam com automóveis particulares, inclusive, mais de um; além de sistemas de climatização e, em último caso, se ocorrer algum problema estrutural nas casas, certamente os moradores teriam recursos para resolver rapidamente a situação. A morte vai chegar para quem vive no Esperança, no entanto, não será adiantada por uma questão de desamparo.

A passagem pelo portal de entrada do bairro, na Avenida Tiradentes, identifica esta intenção generalizada pela exclusividade territorial compartilhada pelo próprio sistema público, delimitando uma nova configuração de propriedades e interações sociais na conformação desta paisagem. Por sinal, uma paisagem ainda concorrida pela melhor vista do vale, pelos melhores acessos na contramão de acentuados declives topográficos, que garantem uma certa restrição de acesso público para o isolamento destas unidades familiares, contidas em suas propriedades privadas, monogâmicas e cis-heteropatriarcais predominantes. Sendo que qualquer inadequação a estas convenções sociais permanece como problema particular, dado o isolamento dimensional impositivo dessas residências diante da diversidade de relações e parâmetros só possíveis na esfera pública.

Por fim, observamos através dessas localidades espalhadas nas áreas urbanas de Erechim a busca recorrente pelo caráter de unicidade, referente à qualidade de ser único, singular e exclusivo, tão característico da constituição de vínculos sociais e afetivos perpetrados pela política inquestionável da monogamia, enquanto regra e disciplina das formas de viver a cidade contemporânea (Figura 3). Esta busca pela exclusividade e unicidade reflete-se, portanto, na maneira de constituir o patrimônio privado dentro de uma porção particular de território, na forma de acumular objetos e no compartilhamento restrito a determinada unidade familiar, predominantemente, amparada por leis e valores morais

voltadas ao casamento monogâmico entre homens e mulheres cis-heterossexuais, para a criação de sua prole e na recusa de diversidades e dissidências diante deste sistema de relações socioculturais.

**Figura 3:** Monogamia e urbanidade em Erechim. [C] Cemitério Municipal Pio XII: memórias e vínculos familiares na apropriação hierárquica de uma síntese urbana; [D] Rua Hiran Sampaio, Bairro Industrial: a normativa de consolidação e perpetuação das relações de parentesco e do nome das famílias nas empresas e indústrias; [E] Proximidade da rua Lourenço Schwab, margeando o Rio Apuaé Mirim: a manutenção de casas unifamiliares em desequilíbrio na relação com o rio e a paisagem; [F] Residencial no bairro Cristo Rei: a ideia de exclusividade associada ao muro em volta do loteamento.



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Esta busca pela exclusividade predispõe poucas possibilidades de vínculos para além dessas unidades familiares, na formação de unidades comunitárias autônomas e autogerenciáveis, ainda que nos bairros mais desfavorecidos socioeconomicamente as redes de apoio sejam mais amplas no compartilhamento dos poucos recursos diante de carências

básicas comuns. De qualquer forma, a configuração dos espaços representa esta intenção de tornar cada vez mais exclusivos os recursos materiais conquistados por cada propriedade, principalmente, entre aquelas que se estabelecem pela aparência mais convencional associada à monogamia, enquanto promessa de felicidade plena, até que a morte os separe.

## **Conclusão**

Para muitas pessoas a tentativa de superação da finitude gera angústias em todo o percurso de vida. Poucas são aquelas que usam deste incomodo como impulso para experiências mais efêmeras e desapegadas. Em geral, na falta de mais referências para colocarem a vida em movimento, evitando saírem do lugar comum e questionarem as convenções, as pessoas tendem a reproduzir tais combinações por assim ser mais seguro diante da urgência de respostas na busca de segurança e tranquilidade. Entretanto, trouxemos aqui um amplo questionamento em relação à incorporação dessas convenções, no caso da monogamia, como parte instituída de valores comuns e inquestionáveis, que influenciam na restrição conveniente dos modos de vida, dos recursos e necessidades, assim como do tempo de investimento para a constituição da cultura material e urbana, fundamentais para viver em sociedade.

Assim, problematizar a monogamia como um sistema de padronização das intersubjetividades, sexualidades e comportamentos, da busca por condições de exclusividade e pela segmentação socioespacial das cidades, define-se como um campo de restrições de ordem ideológica e cultural diante de outros modos de viver e confrontar a condição de finitude. Modos que poderiam estar em associação criativa com novos vínculos afetivos, produtivos e políticos que, inclusive, possam questionar outras restrições impostas pela própria preponderância da economia neoliberal na definição dos modos de conviver na cidade. Portanto, pensarmos em uma sociedade não pautada apenas pela monogamia é abriremos possibilidades para novas redes socioculturais, novos afetos e desejos. Estando estas redes menos segmentadas e restritas por vínculos consanguíneos, por outro lado, estariam mais ramificados por linhas plurais de afinidades interpessoais para completar com outros possíveis laços de pertencimento. Afinidades estas promovidas por áreas de interesse, afetos e trabalhos comuns, que

abrem um repertório ainda mais amplo para as redes de amizade, de apoio e, principalmente, de solidariedade, que tendem a se tornarem menos viáveis sob o regimento atual da monogamia enquanto convenção (Moschkovich, 2022).

Vimos também que esse caráter hegemônico do modo de vida monogâmico é interseccional a outros marcadores culturais e dispositivos morais ligados aos conceitos de raça, gênero e sexualidades, criando diferentes segmentações e precariedades particulares, que atuam no corpo e na cultura de apropriação do espaço urbano e arquitetônico. Exemplo disso está na relação da habitação com a linguagem do corpo no cerne da comunidade negra brasileira, apesar de marcada por códigos de preconceito criados pela classe dominante, branca e cristã, ao desvalorizar comportamentos, gestos, danças e rituais praticados em terreiros e territórios informais, que rompem com os padrões morais instituídos pela burguesia racista brasileira. Assim, a cidade formal e civilizada, proposta pela regulamentação da cultura colonial europeia, tende a ser intolerante à presença étnica e performativa de pessoas negras e indígenas na constituição da urbanidade atual, ainda pautada por princípios morais e racistas da modernidade (Rolnik, 1989).

Todavia, a abertura à multiplicidade do real alimenta o potencial político do pensar utópico e vice-versa, pois a transformação de realidades que violam direitos e que oprimem só pode ser efetivada se começarmos a dar ouvidos a outras possibilidades de pensar, sentir, agir, ser e se relacionar consigo próprio, com o outro, com a cidade e com o mundo. Desse modo, enfrentarmos o medo da morte, da perda da identidade e dos desejos (ainda) inconfessos e desconhecidos, abrindo-nos ao novo no plano das relações e da espacialidade, não poderia traduzir-se, também, numa maneira de ativarmos a nossa consciência utópica para (re)pensarmos a cidade e o mundo que habitamos sob outras perspectivas, menos saturadas de preconceitos e mais encharcadas de vida?

Na análise das diferentes localidades visitadas em Erechim observamos essa conformação espacial na disputa pela delimitação de territórios particulares, que abandonam o sentido dado ao espaço público de compartilhamentos, trocas e redes de apoio para além das delimitações da unidade familiar. Essa busca pela exclusividade territorial e material, como fator de consagração do status social

privilegiado, portanto, é uma conquista ininterrupta, que também se transforma em valores e objetivos repassados entre diferentes gerações, como se houvesse um fator ilusório comum e, ao mesmo tempo, sagrado de compensação da mortalidade através do acúmulo de discursos, valores morais e objetos transformados em heranças intergeracionais. Repertório esse que precisaria ser ressignificado para tornar as cidades menos hierarquizadas pelo contraste radical entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e mestiços, heteronormatividade e desejos dissidentes e, enfim, para se abrir às relações não monogâmicas (Bonfante; Helene, 2023).

Dessa forma, é preciso revisarmos os sistemas fundamentais que sustentam os valores de vínculos intersubjetivos entre as pessoas, gerando possibilidades de validarmos estilos de vida diversos e pautados pelo poliamor. Assim, torna-se possível criarmos novas linhas de afetos, desejos e relacionamentos voltados ao campo da solidariedade e da amizade ao invés de nos mantermos apenas conectados à convenção de valores morais e lugares tradicionais, como fatores de apego e alienação consentidos para, enfim, superarmos a angústia da morte em relações plurais mais leves e desapegadas.

## Referências

AMORIM, Patrícia Mafra de; REIS, Daniel Bruno dos. Monogamia e Identidade: considerações psicanalíticas, **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 23, n. 2, p. 35-43, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/5yCbk7g9Lt7j5qjd7wBFPyp/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BECKER, Ernest. **A negação da morte**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva, revisão técnica de José Luiz Meurer, 15. ed., Rio de Janeiro: Record, p. 31-70, [1974] 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In.: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia**

**social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BONFANTE, Gleiton; HELENE, Diana. A casa, a metafísica referencial e a descolonização ideológica da arquitetura e do urbanismo, *Revista Periódicus*, v. 1, n. 18, p. 05-24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/49918>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CARNEIRO, José Vanderlei. O que existe antes da morte? Investigação a partir da ética hermenêutica de Paul Ricoeur. **Pensando - Revista de Filosofia**. V. 11, n. 24, p. 159-169, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/10345>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência, **ArtCultura**, v. 12, n. 20, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 27 jun. 2025.

COULANGES, Numa-Denys Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Edameris, [1864] 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

EASTON, Dossie; HARDY, Janet W. **Ética Promíscua**. Un guía práctica para el poliamor, las relaciones abiertas y otras aventuras, 2. ed, Tradução Miguel Vagalume, Santa Cruz de Tenerife, UHF: Editorial Melusina, 2016.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo:** ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque, 1. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, [1927] 1996.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, DF: Anpocs, 1983. p. 223-244.

HOLBACH, B. de. **Sistema da natureza: ou das leis do mundo físico e moral**. São Paulo: Martins Fontes, [1770] 2010.

KIERKEGAARD, Soren. **O desespero humano**. São Paulo: Martin Claret, [1849] 2004.

LINS, Regina Navarro. Monogamia em Crise. **Revista Cult**, ano 25, ed. 286, p. 14-17, 2022.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica In: MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). **Etnografia e Educação: conceitos e usos** [online]. Campinas Grande: EDUEPB, 2011, p. 49-83. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MEIRELES, Cristina Amaro Viana. A finitude segundo Ricoeur: a negatividade como travessia do homem falível. In: **IV Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia**, v. 1, Maceió, 2018. Disponível em: <https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/verProducao?idProducao=513870&key=2abb7511ea03d8e15baa7820a83127do>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MORAES, Suelma de Souza. O amor a si e o diverso de si: uma hermenêutica crítica em busca da compreensão para os desafios

identitários contemporâneos. **Observatório da Religião**. V. 2, n. 2, p. 67-89, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/Religiao/article/view/829>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MOSCHKOVICH, Marília. Amor não é sentimento, **Revista Cult**, ano 25, ed. 286, p. 18-21, 2022.

NÚNEZ, Geni; OLIVEIRA, João Manuel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena, **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, UFJF, p. 76-88, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.34439>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

RICOEUR, Paul. **Vivo até a morte: seguido de fragmentos**. Prefácio de Olivier Abel; posfácio de Catherine Goldnstein; tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Posfácio de Claudio Ribeiro, 1 ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. **Blog da Raquel Rolnik**, 16 set. 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/territorios-negros.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SARDÁ-VIEIRA, Marcos. Experiência de desapego *queer*: quando o corpo vira arquitetura. **(Des)troços: revista de pensamento radical**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. e48637, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrococos/article/view/48637>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SARDÁ-VIEIRA, Marcos; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Ressignificar a moradia diante da condição cis-heteropatriarcal

contemporânea. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [S. l.], v. 21, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/204477>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SOUZA, Reginaldo José de. Humanidade Edipiana: Desamparo, Castração e a Neurose Sociedade-Natureza. *Natureza Humana - Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise*, 24(1), p. 68-87, 2022. Disponível em: <https://revistas.dwwe.com.br/index.php/NH/article/view/475>. Acesso em: 27 jun. 2025.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VELASCO, Irene Hernández. As reflexões de um especialista em sexo: "Somos monogâmicos porque somos pobres". Especial para BBC News Mundo. **BBC News Brasil**, 24 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45629555#:~:text=Presidente%20da%20Sociedade%20Espanhola%20de,sex%C3%B3logo%20apresenta%20outras%20vis%C3%B5es%20marcantes>. Acesso em: 27 jun. 2025.

## Solidarity City and Non-Monogamy: reassessing finitude and affective bonds

**ABSTRACT:** In this article we deal with monogamy as a normative moral conditioning of desires and affections within the kinship structure, marriages and family relationships, which add symbolic and material values in the way as contemporary society is constituted. We will indicate that these aspects are also associated with material and emotional bonds of attachment and the fear of finitude. Our objective is to reflect on the ways in which monogamy, in its intersection with race, class, gender and sexuality, establishes the ideological bases for the constitution of material and urban culture in the appearance and discourses related to the architecture of cities in their constant search for the privilege of exclusivity. We are organized methodologically through ethnographic inspiration and the methods of theoretical review and non-participant observation to analyse the promise of exclusivity and uniqueness in the urban space of Erechim (RS, Brazil). At the end, to counter the constitution of monogamy in material and urban culture in its constant search for the privilege of exclusivity, we argue the possibility of more solidary and detached experiences in the contemporary city based on the greater prominence of non-monogamous bonds and affections.

**KEYWORDS:** Non-monogamy. Finitude. Detachment. Solidary city. Erechim.

**Marcos Sardá-Vieira**

*Doutor e mestre em Ciências Humanas; bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Pesquisador e professor adjunto vinculado à Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS. Tem interesse por pesquisas relacionadas à teoria-história de arquitetura e urbanidade, estudos culturais, gênero, espaço e sexualidades. E-mail: marcos.vieira@uffs.edu.br*

**Ivone Maria Mendes Silva**

*Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo USP) e pós-doutora em Educação pela mesma instituição. Professora da*

Marcos Sardá-Vieira.  
Ivone Maria Mendes Silva.  
Reginaldo José de Souza.

**1447**

*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
Email: ivonemmds@gmail.com*

***Reginaldo José de Souza***

*Graduado, Mestre e Doutor em Geografia - FCT/UNESP,  
Pós-doutorado no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.  
Professor de graduação em Geografia e Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade  
Federal da Fronteira Sul, UFFS.  
Email: reginaldo.souza@uffs.edu.br*

*Recebido em: 05/04/2025*

*Aprovado em: 27/07/2025*